

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fisioterapia, NA MODALIDADE HIDROTERAPIA, para atender a demanda de pacientes do Município de Angatuba/SP, em cumprimento à determinação judicial exarada no Processo n.º 0001196-42.2014.8.26.0025.**

**1.2.** A Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) fica DISPENSADA, de modo que todo o estudo acerca da contratação se encontra pormenorizada neste instrumento, em conformidade com o inciso II, art. 7º do Decreto Municipal nº 729/2023.

**1.3.** O objeto deste procedimento não se enquadra como sendo de bem/serviço de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

**1.4.** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**1.5.** A execução dos serviços é enquadrada como continuado, tendo em vista que visam a manutenção de atividades decorrentes de necessidades permanentes.

**1.6.** Prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A principal motivação para a contratação em tela fundamenta-se na **obrigatoriedade do cumprimento à determinação judicial exarada no Processo n.º 0001196-42.2014.8.26.0025.** O processo em questão estabelece a obrigação para a municipalidade de prover o tratamento de hidroterapia aos pacientes Diogo Magno de Jesus e Denis Alessandro de Jesus que comprovadamente nos autos do processo supracitado, identificam-se como portadores de distrofia muscular progressiva de Duchenne (DMD), CID G71. E em 08 de maio de 2015 a MMª. Juíza de Direito proferiu a r. sentença obrigando o município a fornecer de forma gratuita e, na medida da necessidade dos pacientes, sob estrita prescrição médica:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ANGATUBA

FORO DE ANGATUBA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

RUA PÚBLIO DE ALMEIDA MELO, 832, Angatuba - SP - CEP

18240-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

fls. 3

*comportamento inconstitucional”.*

O Ministério Público em seu parecer de fls.81/87, opinou pela procedência da ação.

Enfim, sendo a saúde um direito fundamental, e não tendo o cidadão recursos financeiros para custear os medicamentos de que necessita, incumbe, sem sombra de dúvida, ao Município fornecê-lo gratuitamente e na medida da necessidade do doente, sob estrita prescrição médica.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE a presente ação, tornando definitiva a liminar concedida a fls.66/67, para determinar ao Município requerido que forneça aos autores o tratamento individualizado, na quantidade e pelo tempo prescritos por profissional da saúde, sempre mediante a apresentação de receita médica. a saber:

a) A Diogo Magno de Jesus, fisioterapia, hidroterapia, terapia ocupacional e psicoterapia, cadeira de rodas do tipo Aktiva Ultra Lite “X” fabricada pela ORTOBRÁS; órtese suropodálica de polipropileno bilateral e os seguintes medicamentos, quais sejam, Prednisolona, Maleato de Enalapril, Slozok, Espironolactona, Nuilax, Colecalciferol, Carbonato de Cálcio e Alendronato de sódio;

b) A Denis Alessandro de Jesus, fisioterapia, hidroterapia, terapia ocupacional; órtese suropodálica de polipropileno bilateral e os seguintes remédios, quais sejam, Maleato de Enalapril, Carbonato de Metoprolol, Espironolactona, Colecalciferol, Carbonato de Cálcio e Prednisolona ou Deflazacort.

Ciência ao Ministério Público.

Sem custas.

P.R.I.C.

Angatuba, 08 de maio de 2015.

VANESSA VELLOSO SILVA SAAD  
JUÍZA DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

0001196-42.2014.8.26.0025 - lauda 3

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VANESSA VELLOSO SILVA SAAD, liberado nos autos em 08/05/2015 às 16:03.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/astodigital/todas/os/tribuna> ou abra o processo 0001196-42.2014.8.26.0025 e clique em código 000000000000181

A partir disto, a não execução configura desobediência judicial, o que pode acarretar sanções legais e administrativas severas para o ente público e seus respectivos gestores, além de infringir diretamente a Constituição Federal em seu art. 196 que prevê a saúde como um direito fundamental garantido aos cidadãos. Logo, incumbe-se ao município o dever de garantir o acesso a tratamentos de saúde adequados, ainda que não disponha da estrutura



interna para tal.

Considerando que não há processo licitatório vigente que contemple o objeto em questão, é necessário adotar medidas imediatas para mitigar os possíveis danos causados aos pacientes pela ausência do tratamento adequado.

## **2.2. A inviabilidade de prestação direta pelo Município**

**2.2.1.** Desde que foi exarada a r. sentença o município se prontificou a prestar os serviços aos pacientes, contudo, de maneira terceirizada, dada a limitação de instalações físicas e pessoal técnico inexistentes que pudessem atender integralmente os serviços.

**2.2.2.** A hidroterapia exige uma piscina terapêutica com características específicas (temperatura controlada, profundidade adequada, rampas de acesso, barras de apoio etc.), além de equipamentos auxiliares e vestiários adaptados. A sua manutenção bem como a dos equipamentos, compreende uso de água, energia elétrica, produtos químicos e segurança sanitária, considerados requisitos mínimos para um funcionamento seguro e eficaz. Internalizar tais custos para atender uma demanda de apenas dois pacientes seria desmesuradamente mais oneroso para o município do que a contratação de uma empresa especializada que já possui essa estrutura e expertise.

**2.2.3.** A execução do serviço requer fisioterapeutas com especialização em hidroterapia, além de equipe de apoio, e o quadro de servidores não possuía/ possui profissionais desta qualificação. A contratação de profissional seria igualmente custosa, mas que poderia ser considerada se a municipalidade dispusesse do espaço para a execução dos serviços.

**2.2.4.** Isto posto, desde o início do atendimento aos pacientes a municipalidade opta por contratar uma empresa especializada para a prestação de serviços de fisioterapia, na modalidade hidroterapia. A escolha da cidade de Itapetininga/SP se dá em função de ser a localidade mais próxima geograficamente a fornecer os serviços, uma vez que se deve considerar os custos de locomoção dos pacientes, a finalidade é sempre ponderar entre um bom atendimento e custo-benefício.

**2.3.** Dessa forma, ante o exposto, entende-se a necessidade do processo de compra direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** sob o prisma do art 75 inc. II da Lei n.º 14.133/21, na forma **ELETRÔNICA**, a fim de adquirir propostas adicionais que possam ser mais vantajosas para a Administração como preconiza o art. 75 § 3º da mesma lei.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A contratação em tela atende a mandado judicial que determina a prestação contínua e ininterrupta do serviço de hidroterapia, em razão de:

- A gravidade do quadro clínico dos pacientes, que exige tratamento especializado para promover e melhorar a qualidade de vida;
- A necessidade de cumprimento da decisão judicial, em respeito ao direito fundamental à saúde e à dignidade da pessoa humana;
- A impossibilidade de parcelamento do objeto, dado o caráter contínuo e indivisível do tratamento.

**3.2.** De acordo com as condições explanadas no item 2.2. e subsequentes, a contratação terceirizada é a alternativa mais viável. Senão vejamos:

**3.3. O Custo-Benefício** de manter uma estrutura própria para atender apenas dois pacientes seria antieconômico para a municipalidade, considerando os custos fixos de uma clínica de



hidroterapia, como: aluguel, possível adaptação do imóvel, manutenção da piscina e dos sistemas de aquecimento, tratamento de água, limpeza predial, salários de equipe multidisciplinar, licenças, regulamentações etc.) dessa forma os custos se tornariam exorbitantes, se comparados ao tamanho da demanda. Ao terceirizar, a Prefeitura pagará apenas pelos serviços efetivamente prestados por paciente, transformando um potencial custo fixo elevado em um custo reduzido, variável e melhor gerenciável, permitindo que a Administração se concentre em fiscalizar e gerir o contrato.

**3.4. Da Desburocratização:** Evita que a Prefeitura precise gerenciar diretamente a complexidade de uma operação de saúde especializada, que exige regulamentações específicas da ANVISA, conselhos, legislações e regulamentações específicas, equipe multidisciplinar etc. Empresas especializadas já possuem os profissionais qualificados e a infraestrutura adequada para prestar o serviço de hidroterapia com a qualidade necessária aos pacientes. Ao licitar, a Prefeitura pode exigir que a empresa contratada cumpra padrões de qualidade, segurança e sustentabilidade que já estão estabelecidos no mercado por clínicas especializadas.

**3.5. Da Demanda:** Embora atualmente sejam dois pacientes, a demanda pode flutuar e a terceirização oferece flexibilidade para ajustar a prestação do serviço caso o número de pacientes mude, sem o ônus de expandir ou reduzir uma estrutura própria.

**3.6. Das Responsabilidades:** Embora a responsabilidade final pelo atendimento continue sendo da Prefeitura, a terceirização permite que a responsabilidade operacional e técnica seja da empresa contratada, que detém a expertise e as licenças para seu regular funcionamento. Através do contrato, a Prefeitura pode estabelecer índices de desempenho para garantir a qualidade do serviço e conformidade com as exigências judiciais, salvaguardando o controle de um bom atendimento e atenção à saúde dos pacientes.

**3.7. Para o problema ser solucionado:** o atendimento integral da necessidade apresentada, depende que as sessões ocorram duas vezes por semana, com duração mínima de 50 minutos para cada paciente. É imperioso que a empresa a ser contratada possua sua estrutura física no município de Angatuba/SP ou, como alternativa mais próxima e viável, na cidade de Itapetininga/SP. Essa exigência visa minimizar o impacto financeiro com custos de deslocamento e transporte para os pacientes, além de preservar a sua já comprometida mobilidade.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** O objeto possui caráter continuado, fundamental para a manutenção das atividades do setor requisitante, cujo fornecimento possui necessidades permanentes ou prolongadas.

### 4.2. SUSTENTABILIDADE

**4.2.1.** É necessário para a contratação que a empresa cumpra práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, como medidas para evitar o desperdício de água, ou o reaproveitamento em fins não potáveis dela. Medidas para economia de energia, como sistema de aquecimento da água gerido pelo uso de placas solares, outras fontes de energia renovável, utilização de iluminação LED e equipamentos de alta eficiência energética etc. Utilizar exclusivamente produtos de limpeza e desinfetantes biodegradáveis, com certificação ambiental reconhecida e que não causem impacto negativo ao meio ambiente ou à saúde dos pacientes e colaboradores. A empresa também deverá fornecer, de forma irrestrita e contínua, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva (EPCs) necessários à segurança e saúde de seus empregados na execução dos serviços, em conformidade com as



Normas Regulamentadoras (NRs) vigentes e demais legislações pertinentes, garantindo um ambiente de trabalho seguro.

#### **4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO**

**4.3.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

**4.3.2.** É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da contratação.

**4.3.3.** Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas, que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas.

#### **4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.4.1.** Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

#### **4.5. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

**4.5.1.** O prazo de garantia dos equipamentos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Os serviços deverão ser prestados de maneira séria e objetiva duas vezes por semana, conforme cronograma ou ordem de serviço dentro dos objetivos especificados neste termo de referência, expedida Pela Secretaria de Saúde após a assinatura do contrato.

**5.2.** Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA nas quantidades mínimas especificadas no item **3.7**. Os profissionais deverão ter a qualificação compatível e necessária à perfeita execução dos serviços, sendo estes de sua responsabilidade exclusiva e integral incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício com a CONTRATADA.

**5.3.** As quantidades inicialmente previstas poderão sofrer alterações, a maior ou a menor, dentro dos limites legais permitidos, mediante Termo Aditivo e revisão financeira.

#### **5.4. CONTRATADA deverá:**

**5.4.1.** Comunicar à Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços.

**5.4.2.** Ser a única e exclusiva responsável perante a Prefeitura e terceiros, pelos serviços por ela executados. E arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado além dos encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários etc.

**5.4.3.** Manter atualizada a informação no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES de acordo com o necessário para a prestação dos serviços, credenciamento e habilitação dos serviços a serem contratados.



**5.4.4.** Manter, na gerência técnica do serviço, profissional legalmente habilitado pelo CREFITO ou Órgão/Conselho equivalente.

**5.4.5.** Elaborar relatório mensal sintético e analítico, juntamente com o documento fiscal, dos serviços executados e evolução dos pacientes referente aquele período.

**5.4.6.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este TR e Contrato no prazo determinado.

**5.4.7.** Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**5.4.8.** Comunicar à Prefeitura, no prazo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**5.4.9.** Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Prefeitura pertinentes ao objeto.

**5.4.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

**5.4.11.** Paralisar, por determinação da Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**5.4.12.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços, nos termos do artigo 125 da Lei 14.133/2021.

**5.4.13.** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**5.5. CONTRATADA não poderá** cobrar do paciente ou do seu responsável qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Termo de Referência.

**5.6.** Se constatadas irregularidades na prestação do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá rejeitar os serviços, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.7.** O não cumprimento ao acima determinado implicará a contratada nas penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no futuro contrato.

**5.8. São obrigações da CONTRATANTE:**

**5.8.1.** Dar à contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.

**5.8.2.** Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

**5.8.3.** Prestar eventualmente à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do contrato.

**5.8.4.** Acompanhar e fiscalizar sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, solicitando sempre os serviços previstos em Lei.



**5.8.5.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**5.8.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

**5.8.7.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela CONTRATADA, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do protocolo do requerimento.

**5.8.8.** O prazo estipulado no item 5.8.7. poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

**5.8.9.** O objeto do presente procedimento será recebido como "de acordo" pelos responsáveis pelas Secretarias Municipais que se utilizarão dos serviços, ao aplicar o carimbo e assinatura no verso da Nota Fiscal, referente ao faturamento dos serviços realizados.

## **6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** A **GESTÃO** será exercida pelo(a) Secretário(a) da pasta, para acompanhamento da execução geral, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo.

**6.2.** A **FISCALIZAÇÃO** será exercida pelo servidor indicado formalmente no Documento de Formalização da Demanda.

**6.2.1.** Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

**6.2.2.** Registrar as irregularidades constatadas e comunicar ao preposto da CONTRATADA, informando o prazo para regularização. Quando aplicável, propor à Administração a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

**6.2.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior do órgão, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.4.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente.

**6.2.5.** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do órgão e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

**6.2.6.** A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e



essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.3.** Se houver erro na nota fiscal ou impedimento para a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que o contratado tome medidas corretivas, reiniciando, sem ônus ao contratante.

**7.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.1.** Em caso de irregularidade do contratado, ele será notificado por escrito e terá 5 (cinco) dias úteis para regularizar a situação ou apresentar defesa. O prazo pode ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.4.2.** Se a irregularidade persistir, o contratante deve adotar as medidas necessárias para a rescisão contratual no processo administrativo, assegurando ao contratado ampla defesa.

**7.5.** No momento do pagamento, será realizada a retenção tributária conforme previsto na legislação vigente.

**7.5.1.** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão observar as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006.

## **7.6. PRAZO DO PAGAMENTO:**

**7.6.1.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos serviços.

**7.6.2.** O órgão poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

**7.6.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

## **7.7. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO**

**7.7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado em 27 de maio de 2025.

**7.7.2.** Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.7.3.** O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Setor de Licitações do Município, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

**7.7.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será



contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.7.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.7.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.7.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.7.9.** O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **8. SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** A contratação será realizada por meio de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, culminando na escolha da proposta de **MENOR PREÇO** global.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais)**.

**9.2.** A pesquisa de preços para a definição dos valores referenciais foi feita de acordo com o Decreto Municipal nº 729/2023, consoante ao §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** As disposições acerca das sanções encontram-se em tópico específico do Aviso de Contratação Direta.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

<b>Órgão</b>	Poder Executivo
<b>Unidade Orçamentária</b>	Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva
<b>Natureza da Despesa</b>	3.3.90.39.00 – Serviços
<b>Classificação Funcional</b>	10.301.0013. 2014 - Manutenção do Sistema Geral de



	Saúde
<b>Dotação</b>	97

**11.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, observando-se o que dispõe o artigo 106, da Lei 14.133/2021.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Fazem parte deste Termo de Referência:

Anexo I            Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) da contratação.

Anexo II           Forma e critérios de seleção do prestador de serviço.

Angatuba/SP, 29 de junho de 2025.

**Eduardo Ramos de Meira**

Chefe de Setor/ 3547

Aprovo este Termo de Referência:

**Larissa Martins Basile**

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva



## ANEXO I

### DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) E QUANTIDADE(S) DA CONTRATAÇÃO

Item/ Lote	Descrição	Quantidade de sessões por semana	Total de Sessões ao ano
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fisioterapia, NA MODALIDADE HIDROTERAPIA, para atender a demanda de pacientes do Município de Angatuba/SP, em cumprimento à determinação judicial exarada no Processo n.º 0001196-42.2014.8.26.0025.	4	208

## ANEXO II

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

#### 1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, sob a hipótese do **inciso II, art. 75 da Lei nº 14.133/2021**.

1.1.1. **Da divisão do objeto:** Adjudicação por **lote**.

1.1.2. **Modo de Disputa:** Não se aplica.

#### 2. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

2.1. A empresa vencedora deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **Valor unitário e total do item**, expressos em reais, com até **2 (duas) casas decimais**, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência.

2.1.1. Caso o Aviso de Contratação Direta ou este Termo de Referência não vede a participação no certame, a Pessoa Física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de **20%** (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração. O valor correspondente ao percentual deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido pela Administração ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a empresa vencedora.

2.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de obtenção de proposta adicionais, serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

#### 3. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

3.1. Os critérios de classificação, formulação de propostas e de desempate das propostas estão dispostos em tópico do Aviso de Contratação Direta.

#### 4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

4.1. Os critérios de aceitabilidade das propostas estão dispostos no Aviso de Contratação

Direta.

## 5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

### 5.1. Documentação técnica

5.1.1. Não haverá a exigência de documentação técnica nesta etapa da contratação.

## 6. DA HABILITAÇÃO

6.1. A documentação da(s) empresa(s) interessada(s) em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica serão enviados em campo próprio do Portal Eletrônico de Contratação Direta (<https://www.angatuba.sp.gov.br/contratacao>).

6.2. Sendo assim, deverá a empresa encaminhar a documentação abaixo para fins de habilitação

### 6.3. Habilitação jurídica (de acordo com a forma de constituição da empresa):

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.3.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



#### **6.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) **Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação da certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos tributários da dívida ativa do estado, emitido pela Procuradoria Geral do Estado, nos limites de sua validade, da sede ou do domicílio da empresa;

e) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), referentes aos tributos mobiliários (ISS) expedida pelo Município em que estiver situada;

f) **CRF – Certificado de Regularidade do FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal; e

g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.4.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**6.4.2.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**6.4.3.** Caso a empresa vencedora detentora do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **6.5. Qualificação Econômico-Financeira:**

a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021.

**6.5.1.** Em observância à Súmula nº 50 do TCE/SP, para a certidão mencionada na alínea 'a', se o fornecedor estiver em recuperação judicial ou extrajudicial, ele deverá apresentar a comprovação do acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial junto com os documentos de habilitação.

**6.5.2.** As certidões serão válidas por 180 (cento e oitenta) dias corridos a partir da sua



emissão, salvo se o próprio documento indicar outro prazo.

#### **6.6. Qualificação técnica:**

**a) Alvará de Licença ou Registro Sanitário válido**, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, comprovando a regularidade do licitante para o exercício das atividades objeto da licitação, em estrita observância ao Código Sanitário e demais Leis Complementares aplicáveis.

**b) Registro Ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**, pertinente aos tipos de serviços de saúde que serão contratados e com a situação cadastral regular.

#### **6.7. Documentação complementar:**

**a) Declaração unificada**, o modelo está disponível como anexo ao Edital ou Aviso de Contratação Direta.

#### **7. Para assinatura do contrato:**

**a)** A empresa deverá apresentar vínculo empregatício com profissional devidamente habilitado e com registro ativo no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), ou em outro órgão de classe legalmente competente para a execução dos serviços de hidroterapia em pacientes, em conformidade com as normativas e a legislação pertinente à prática profissional.